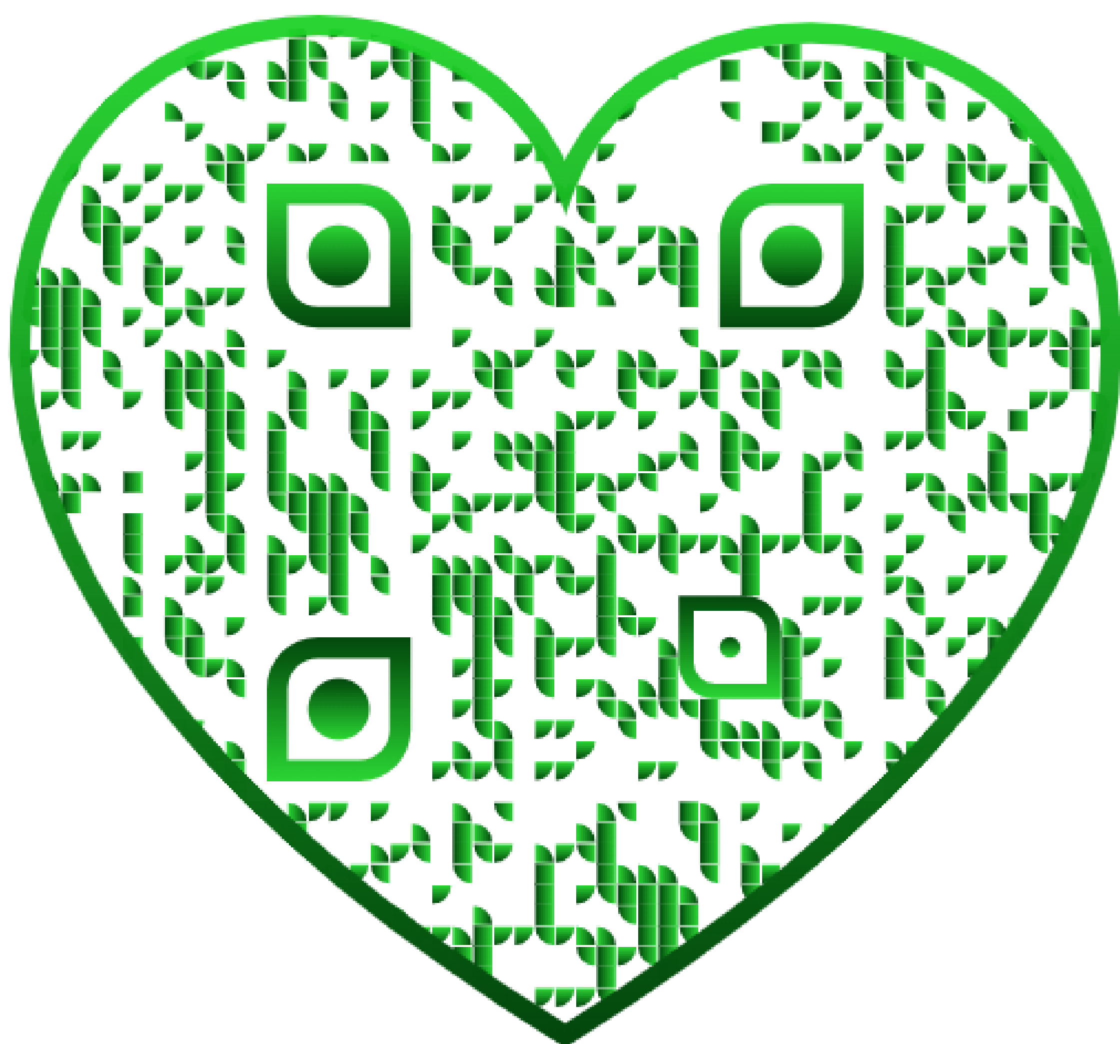
A MODERNIDADE E A SOCIOLOGIA EM ÉMILE DURKHEIM

Augusto Cesar Freitas de Oliveira

Introdução

O surgimento da sociologia está, sem dúvida, ligado ao legado racionalista do Iluminismo europeu. Sem a utopia[1] da reconstrução do mundo pela "vontade humana emancipada", essa ciência não teria maiores estímulos para se firmar no cenário intelectual. No entanto, a sociologia também foi espectadora e se constituiu enquanto resposta para a quase simultânea frustração desta utopia: logo se descobriu que o passado é um fantasma que atormenta a cognição dos vivos e que os homens não têm uma relação com a história semelhante àquela que o Deus bíblico tem com o próprio homem, uma relação de absoluta transparência entre sujeito e objeto e de total definição sobre quem cria o que. Pode-se dizer que esta observação é causa e conseqüência de uma outra utopia contemporânea daquela racionalista: aquela que crê na capacidade do transcorrer histórico de se auto-regular a ponto desta levar a reboque a própria vontade humana na sua auto realização; esta é a utopia irracionalista. Toda a reflexão a respeito de um assunto como a "origem social das idéias" é aparentada desta visão irracionalista do mundo social.

A obra do francês Émile Durkheim (1858-1917), herdeira deste duplo legado, é, por um lado, um desvelar de ilusões humanistas e antropocêntricas que situam o homem ou o indivíduo como origem, explicação e legitimação de tudo que há na história. Por outro lado, sua obra encara como válida e possível a reconstrução do mundo pelo indivíduo. Durkheim sabe que nem a história nem a sociedade estão a serviço do "homem"; elas não são simplesmente controláveis pela vontade deliberada supostamente "autônoma" dos sujeitos isolados. Para ele, "a" sociedade é a existência de uma "influência prática" da coletividade em suas



devidas "partes" que são, no limite, cada um dos sujeitos. A sociedade tem uma existência de relativa auto-regulação que não precisa dos homens para fazer o que já é feito (Durkheim, 1985: 49). A "origem social das idéias" é tão somente a notação de que a vida coletiva é a fonte do pensamento lógico dessa própria coletividade. A maneira pela qual esta é "desde sempre" organizada tem uma influência decisiva nas formas pelas quais seus membros assimilam o mundo. As reflexões sobre o bem e o mal, as doutrinas, as regras de ação, enfim, a moral, também não surge como que por inspiração divina na mente humana, cada uma delas exprime funções e necessidades da coletividade conforme ela está atualmente organizada.

Nesse sentido, Durkheim é um pioneiro da descoberta do "fenômeno simbólico". É através da inculcação de certas formas cognitivas elementares que cada homem tem acesso a uma vida intelectual/prática que representa um passo além da sobrevivência instintiva e pré social – uma imagem idealizada, entre outros, pelos utilitaristas e que jamais existiu. A forma mais evidente, ainda que não a única, desta dimensão simbólica que funda a sociedade e o indivíduo ao mesmo tempo é a *consciência coletiva* postulada pelo autor primeiramente em 1898 (Durkheim, 1999). Essas formas cognitivas elementares (Durkheim, 1996 e 1955) presentes na *consciência coletiva* são um receptáculo armado, um todo lógico integrado através do qual o sujeito age e reflete[2] sobre a ação. Há críticas a certo tipo de desenvolvimento teórico implícito aqui; George Gurvitch (Gurvitch, 1941), por exemplo, aponta o seguinte problema: decorre deste modelo que a consciência coletiva é transcendente às consciências individuais, enquanto estas são imanentes; a conclusão é a de que o sentido da influência se dá sempre da consciência coletiva para as individuais e nunca o inverso. A consciência coletiva seria um ente constituído desde sempre e imutável sob pena de desarticulação do social atual. Gurvitch discorda; para ele, o movimento existe nas duas direções, a consciência coletiva muda e muda em função das influências contingentes das consciências individuais, ainda que essa mudança seja tremendamente regrada pelo *já existente* da consciência coletiva.

Este grande edifício sociológico porém não esteve destinado apenas para considerar a maneira pela qual o passado se constitui enquanto uma barreira inelutável para o surgimento do novo, ou, dito em outras palavras, Durkheim não está interessado apenas na maneira pela qual o indivíduo nada pode contra a sociedade, isso por que ele não admite essa hipótese como certa. Há um papel fundamental e ativo do indivíduo na sociedade que será enfrentado à medida em que avançarmos na exposição dos preâmbulos da sociologia durkheimiana.

Uma outra característica desta sociologia a ser notada é que, se em outros autores a descontinuidade entre a pré-modernidade e a modernidade é um fenômeno robusto, pode-se ver nela que essa diferença seria muito mais de intensidade que de qualidade. Para tanto, vejamos: 1. a solidariedade orgânica não é privilégio ocidental, aliás, a solidariedade mecânica *total* é um mera abstração[3]; 2. a "intelectualidade" assume o mesmo posto de "especialista do saber" que todas as sociedades políticas exibem; 3. o "egoísmo" propalado como natural pelo utilitarismo é tão somente uma doutrina entre outras que ganhou semblante de "teoria social" através de uma equivocada apreciação analítica da sociedade (Durkheim, 1999) e 4. mais importante que tudo, desde que a humanidade se conhece ela está orientada por uma dualidade inescapável (Durkheim, 1975a) que funda uma totalidade assim como a lógica das idéias: a dualidade entre sagrado e profano.

Há, porém, uma novidade exclusivamente "moderna". Assim como Durkheim crê que tudo que venha a se configurar como realidade social durável, ela só o é por conta de exprimir uma necessidade de existência, a novíssima ciência chamada de sociologia por Comte também está submetida a esta causalidade social, não há entidade social que possa estar baseada no que é fortuito e/ou no erro, tudo o que existe exprime uma necessidade de existir. Pois seria justamente o surgimento da sociologia como expressão, não da genialidade de um filósofo ou outro, mas como uma função social, o episódio que fundaria verdadeiramente uma especificidade da "era moderna". A *consciência coletiva* atualmente existente é tão plástica e maleável que não pode ser tomada como "guia" indelé-

vel da vida coletiva, justamente porque seus "ensinamentos" são vagos demais para direcionar "naturalmente" uma vida social tão especializada e complexa como a nossa na qual há uma infinidade de juízos que tanto depende de juízos e ações "locais" e específicas. Nesse cenário, a sociologia surge como ciência capaz de dizer aos homens, não exatamente *o que fazer*, mas *como fazer* para que suas ações particulares sejam um conjunto relativamente coerente entre si e não um amealhado de ações particulares discrepantes.

Emile Durkheim, Karl Mannheim e Gustave Le Bon

Uma sociedade política para Durkheim é uma sociedade que especializa o pensar e a deliberação, portanto uma sociedade que descarta a possibilidade da auto determinação radical de cada indivíduo presente em formulações como a do "ser genérico" do jovem Marx. Posto isso e dado que a sociedade tem outras partes além da "cabeça", é missão da ação política pensar e deliberar de modo a manter essas partes da sociedade articuladas entre si enquanto um todo. Durkheim não teria dificuldade em concordar com a definição do alemão Karl Mannheim sobre o fenômeno político (Mannheim, 1976). Para este, a política do mundo contemporâneo é função da *conduta*. A *conduta* é aquela atitude relativamente pré-determinada que os homens têm em relação ao mundo e que lhes informa acerca do que deve e do que não deve ser feito não com base experimental – como nas esferas racionalizadas da vida social - mas com base em uma série de juízos de valor. A *conduta* é existencialmente determinada, ou seja, é a influência irrefletida que cada sujeito sofre das condições concretas do mundo que ele encontra ao agir (e nesse sentido, são condições *anteriores*) e que são naturalizadas por ele; elas são o ambiente no qual seus valores são forjados.

Considerando que há vários espaços contíguos (grupos sociais) em cada sociedade, haverá tantas *condutas* quanto forem os espaços robustos que essa sociedade comportar. Surge daí um espaço político de diversas falas que se configura quase como um diálogo de surdos, já que suas

opiniões são baseadas em pressupostos não compartilhados a não ser dentro de um grupo limitado. Estes grupos, ao invés de se comunicar, se enfrentam por intermédio da força. Para estes dois teóricos – partidários de um certo tipo de planejamento social - não é a melhor solução possível deixar o mundo atual ser governado pelas decisões da conduta e pelo resultado contingente da luta entre essas condutas, entre as doutrinas sociais. Se a proposta bem acabada de Mannheim se baseia no relacionismo ativado pela *intelligentsia*, a proposta de Durkheim não está apresentada senão de forma esparsa em seus escritos. Como subtrair do exercício da política o caráter irrefletido de suas propostas - o que não seria problema em uma sociedade simples onde a consciência coletiva não fosse tão plástica como a nossa e a vida social fosse tranquilamente auto-regulada por essa *sabedoria dos tempos* - e como fazer com que a deliberação das ações sociais não seja regulada por um resultado agregado contingente das forças diversas - o resultado não seria contingente, nem seria fruto de um embate se, mais uma vez, a consciência coletiva não fosse tão plástica? A construção deste caminho é imputada em ambos os autores à sociologia.

Aliás, ainda sobre consciência coletiva, é bom que se diga que o autor não compartilha com Gustave Le Bon (Le Bon, 1910) a panacéia essencialista sobre o *Volksgeist* (espírito do povo), assim como a ilusão de que um mergulho para dentro do *Volksgeist* seja a maneira ativa que o homem tem para construir sua história sem lutar contra o inelutável: a história acumulada nas coisas e nos hábitos. Para Durkheim, esse mergulho é feito pela sociologia mas de maneira inteiramente diferente da resignação fatalista dos conservadores românticos. A elaboração de Durkheim é mais complexa, menos essencialista que a de Le Bon, menos hegelianamente metafísica que possa parecer ou como Gurvitch acredita (Gurvitch, 1941). O fato de ser a sociologia peça fundamental para se decifrar e re-direcionar o mundo atual demonstra bem a especificidade de Durkheim frente aos *historicistas conservadores* (Mannheim, 1976) como Le Bon. Para ele, a história acumulada nas coisas e nos hábitos pode ser apropriada de tantas formas diferentes que chega ser inútil, como faz Le Bon, referir-se a ela como uma assombração inescapável. Os ingleses e os

alemães, diz Le Bon, evocam linguagens (simbólicas) impenetráveis entre si e isto fará da antipatia e da guerra entre eles uma regra universal. Para Durkheim, essa assombração existe, mas ela é tão dispersa e genérica que é incapaz de "guiar" os homens a agir desta ou daquela maneira, não se pode prever o que acontecerá durante um espetáculo apenas tendo o cenário como referência.

Ambos os autores, no entanto, crêem que as idéias isoladas não modificam o mundo. O fato é que no mundo que especializa o saber e a deliberação como o nosso não há mais base para afirmar que as doutrinas expressem uma necessidade social geral mas uma necessidade social localizada que deve ser coordenada com as demais. É esta integração de setores sociais - capazes de criar doutrinas estanques - a dificuldade a ser enfrentada pela sociologia. Esta não o faz porém por si só, ela depende do órgão social do pensamento por excelência, o Estado, o comitê central deliberativo. Para tal, a sociologia deve buscar não nas doutrinas, mas numa ciência positiva dos fenômenos coletivos, conhecimentos que permitam um controle tecnológico (expressão que o autor jamais usa) dos resultados das ações deliberativas. A ciência pode não informar o caminho a ser percorrido, mas deve poder informar a maneira pela qual o fenômeno coletivo se dá e, com isso, instrumentalizar a ação dos orgãos teóricos da sociedade.

Um coletivismo cientificamente orientado

Durkheim confere à *consciência coletiva* a capacidade de fazer com que um "todo" anteriormente existente continue existindo através de um processo de constante aglutinação e combinação das partes sob a égide já existente do "todo"[4], ou seja, um processo de sacralização do profano. Usemos um dos estilos propedêuticos mais comuns em Durkheim, ou seja, a referência aos exemplos "orgânicos": diríamos que hidrogênio é uma das partes simples da água (H_2O) ao mesmo tempo em que aceitamos que o hidrogênio da água é o mesmo, em suas características, que hidrogênio enquanto substância simples. Na verdade, são duas operações:

a primeira é descobrir que a água é formada de hidrogênio e oxigênio, a segunda é reconhecer no hidrogênio da água aquele hidrogênio que conhecíamos antes de conhecer a água. Isto sem esquecer que o hidrogênio, uma vez constituindo uma molécula de água tem propriedades que surgem apenas nessa situação complexa. Uma "anterioridade" da parte frente ao todo seria, portanto, uma falsa compreensão. O que há aqui é a constatação de que não se reconhece uma parte naquilo que não se conhecia antes como um "todo" particularizado. Desse análise, conclui-se ainda que partes de um todo só podem ser consideradas com tal se esse todo retorna sobre elas fazendo-se repercutir nelas enquanto todo. No caso da investigação da sociedade, o retorno do todo sobre a parte, que reafirma a parte enquanto parte de um todo tem como veículo aquilo que Durkheim diagnostica como a "moral" de uma sociedade.

Desta conclusão "científica", Durkheim elabora diretivas "políticas": quanto mais assuntos e aspectos da vida de todos estiverem submetidos a essa regulação do todo sobre as partes se tornam menos prováveis as situações de perene *anomia* - entendida como ausência de regras - e de situações conflituosas onde cada um, por falta de parâmetros, só admite a si mesmo como medida da ação[5] . Esse é o trabalho de Durkheim conforme exposto no prefácio à segunda edição de *A Divisão do Trabalho Social* (Durkheim, 1973) e nas três lições sobre a moral profissional (Durkheim, 1983). Nelas supostamente não estão expostas conclusões doutrinárias que falam a cerca de como as coisas deveriam ser para que os homens fossem mais felizes desta ou daquela maneira. Simplesmente a partir de conclusões acerca de como surge o consenso, de como a cognição humana se organiza e de como as sociedades persistem, Durkheim crê que deva haver um certa engenharia da vida moderna para que ela continue sendo digna do nome de sociedade[6] .

A sociologia apenas informa a maneira "normal" pela qual a natureza do "social" se dá. Pode-se dizer que há um "coletivismo" intrínseco nas possíveis diretivas sociologicamente orientadas. Isso por que esta ciência do social descobriu a coletividade como um fenômeno que cria as próprias soluções para suas instabilidades internas, sendo também estas insta-

bilidades, em grande parte dos casos, fruto do próprio funcionamento normal do social[7]. Quando Durkheim recomenda a criação de sindicatos e associações profissionais (Durkheim, 1983 e 1973), ele não imagina fazê-lo baseado em qualquer base doutrinária, mas simplesmente derivando para campos desagregados da sociedade as conclusões que a observação do longo curso das sociedades: há a necessidade de que haja um todo anterior às partes sociais, um todo que pode e deve até ser forjado quando ele ainda se encontra em estado efetivo.

Socialismo e sociologia

Na sua aula inaugural na Universidade de Bourdeux (Durkheim, 1985), lembra o autor que foram os economistas os primeiros a notar que, nenhum decreto é capaz de conferir valor a um produto que ninguém deseja. Portanto, a "natureza" do episódio econômico tem regras que não só não são criadas pelos homens como eles dificilmente podem mudá-las. As leis sociais também são, diz ele, necessárias, ou seja, nas dadas condições elas não poderiam ser outras (Durkheim, 1985: 49). O erro dos economistas foi, no entanto, imaginar que o homem seja um mero "ser de razão" (p.52) em qualquer tempo, lugar, situação ou condição, agindo sempre para maximizar o seu proveito. A questão é que o proveito do indivíduo não está dado *a priori*, nem existe uma única medida do que venha a ser "proveito". Durkheim crê que as ações dos sujeitos são sempre racionais de acordo com as representações que eles têm da realidade, representações estas que são fruto de um contexto social, de um tempo, de um lugar, de uma situação... São estas representações, que seriam impossíveis caso cada homem vivesse *como se estivesse* sozinho no mundo, que dão sentido à vida individual e às relações interpessoais.

"Tanto os utilitaristas quanto os socialistas haviam erroneamente procedido uma separação entre o caráter 'moral' da sociedade tradicional e a base 'econômica' do tipo moderno"(Giddens, 1997: 120). Na teoria durkheimiana, quando as pessoas se encontram na sociedade, não são elas propriamente que se encontram, mas funções sociais através delas, o

que não se faz sem que as pessoas desprendam um sentimento necessário em cada uma destas relações. Portanto, ele imagina que não há uma mútua excludência dos aspectos racionais e afetivos durante a execução da ação social. Isso ocorre por que quando o indivíduo age em sociedade ele próprio já sofreu aquela conversão moral. Disso resulta também que, para Durkheim, a maioria dos anseios das partes sociais não são pré-sociais, mas socialmente surgidos.

É essa não excludência que talvez explique a formulação durkheimiana a respeito do "individualismo moral" como a religião secular que orienta a modernidade ocidental. Para Durkheim a própria figura do indivíduo é uma "forma elementar" social surgida da maneira pela qual a sociedade está concretamente instituída, a saber, segundo uma complexa divisão do trabalho social. Nossa sociedade organiza-se a partir da idéia de indivíduo, mas não o indivíduo como ele é, mas um indivíduo portador da singularidade humana. Na verdade, é essa condição humana que se comemora no indivíduo e não sua estreiteza de ter que se gerir a si próprio no que diz respeito a satisfazer certos instintos básicos originários de seu corpo. Relembremos porém que o autor acredita que a maior fonte de anomia não são as incompatibilidades surgidas pela busca de satisfações pré-sociais particulares mas incompatibilidades entre os vários interesses surgidos socialmente do desenrolar da complexificação social.

Disto temos que as tensões entre as partes da sociedade – a serem contornadas pela capacidade dos sociólogos - nunca é uma tensão entre interesses antagônicos propriamente, a partir do momento em que cada parte da sociedade é dada com uma parte convertida, essa conversão lhe coloca num certo universo de possibilidades onde ela não desejaria prejudicar ou ignorar as demais. Em cada um dos sujeitos, a conversão moral trata de confinar os interesses pré-sociais em uma forma socialmente possível; a relação entre indivíduo e coletividade é mediada pela consciência coletiva que torna o sujeito um sujeito do grupo e não mais um sujeito para si próprio. Com relação à relação entre as partes especializadas da sociedade, persiste no autor uma esperança que, para solucionar os choques entre inte-

resses *sociais* cumpre uma "engenharia" mais sofisticada desta conversão moral que os conduza à mesma estabilidade suposta entre indivíduo e sociedade. A questão é que essas são relações imediatas e que somente uma regulação ativamente construída através da política entre os interesses

Fechamos esta seção com duas diretivas. A primeira é a de que o argumento sobre o individualismo moral e da centralidade da coletividade no surgimento de interesses diversos tira a discussão a respeito da economia, por exemplo, da imaginação utilitarista e faz notar que os interesses dos indivíduos são sociais, os interesse dos grupos sociais exprimem necessidades sociais e que esses assuntos são de relevância social. Tal descoberta faria da sociologia uma ciência aparentada com um certo "socialismo de cátedra" apenas porque enxerga na ação individual uma dimensão social (Durkheim, 1985: 62 e 1975b). O segundo ponto é aquele que nos conduzirá à próxima seção; a regulamentação ativa de choques entre interesses sociais, ainda que Durkheim insista inicialmente que os homens só se separam porque estão juntos e que portanto as partes sociais não são senão *complementares* entre si (Durkheim, 1999), nos põe diante de uma imagem "harmoniosa" completamente diferente do mundo que observamos atualmente. O mesmo ocorria para Durkheim, e é por isso que o papel do intelectual para ele, em especial do sociólogo, não é o de um simples "auxiliar de políticas públicas". Há muito a ser feito apenas para que a sociedade moderna possa funcionar de maneira a poder ser chamada de sociedade e não de um amealhado de grupos sociais.

Democracia e intelectuais

Uma outra maneira de dizer que, ao invés das pessoas, são as funções sociais através delas que se encontram na vida social, é a seguinte: "A liberdade individual se acha, portanto, sempre e em toda parte, limitada pela coerção social, quer sob a forma de hábitos, costumes, de leis ou de regulamentos" (1985: 60). Qual o valor então não só da liberdade individual mas também da liberdade de encontro das múltiplas falas sociais possíveis?

Como diz Mannheim, o Renascimento inicia um processo de secularização da autoridade e as bases para o estabelecimento de uma verdade sobre o que deve ou não deve ser feito entram em uma fase diversa daquela na qual vigorava a autoridade eclesiástica em que se baseia a autoridade moderna? A reflexão de Durkheim a respeito do individualismo (Durkheim, 1975c) é semelhante, à diferença de que esta atenta para o aumento das atribuições do indivíduo como fator que resulta desta inflexão moderna secularizante. Pode o mundo atual estabelecer uma autoridade moral, situação sem a qual não existe a possibilidade da política, sem que ela esteja baseada nas velhas práticas dogmáticas, de quando éramos "inocentes", posto que éramos joguetes da *consciência coletiva*? A alternativa a esta hipótese seria "adequar" a vida social aos interesses particulares, já que, em Durkheim, a modernidade se caracteriza ainda pelo aumento de atribuições do indivíduo, fruto da diversificação social? A primeira pergunta tem uma resposta positiva, enquanto a segunda é negativa, sua resposta adequada aqui: criar ou deixar surgir uma nova autoridade baseada na individualidade (1999, especialmente o capítulo de conclusão).

A partir de seu modelo teórico conceitual, Durkheim faz análises conjunturais e produz as seguintes observações: as ações políticas (indiretas) e sociais (diretas) contingentes se anulam por falta de planejamento central; se todos têm poder, significa que ninguém o possui e se este é exercido de maneira corriqueira e banal, a política deixa de servir à construção de um devir específico. O capítulo conclusivo de uma de suas primeiras obras enuncia:

> Mudanças profundas produziram-se, e em pouquíssimo tempo, na estrutura de nossas sociedade; elas se emanciparam do tipo segmentário com uma rapidez e em proporções que não encontramos outro exemplo na história. Em conseqüência, a moral que corresponde a esse tipo social regrediu sem que a outra se desenvolvesse depressa o bastante para ocupar o terreno que a primeira deixava vazio em nossas consciências. Nossa fé turvou-se; a tradição perdeu seu império; o juízo

> individual emancipou-se do juízo coletivo. Mas, de outro lado, as funções que se dissociaram no curso da tormenta não tiveram tempo de se ajustar umas às outras, a nova vida que se desprendeu como que de repente não se pode organizar completamente... Nossa ansiedade não vem do fato de que a crítica dos cientistas arruinou a explicação tradicional que nos era dada de nossos deveres, por conseguinte não é um novo sistema filosófico que poderá dissipá-la um dia; mas como alguns desses deveres não mais se baseiam na realidade das coisas, resultou disso um afrouxamento que só poderá ter fim à medida que uma nova disciplina se estabelecer e se consolidar (Durkheim: 431/432).

Portanto, a partir da sociologia, entendida como a epistemologia da sociedade moderna, pode-se devolver a sociedade moderna a ela mesma. Na verdade, se trata de pô-la em seu devir. Se antes esse devir se dava de maneira mecânica, na qual os monopolizadores da fala, do pensamento e da deliberação eram um mero instrumento da tradição, agora é necessária uma elaboração consciente na qual a deliberação "autônoma" do sujeito se faz possível, presente e necessária, mas que, segundo as esperanças do autor, esses sujeitos usarão para um devir racionalmente aceito. É essa missão de que nosso autor confere aos intelectuais (Durkheim, 1975d), esta é a importância da elaboração de uma "ciência da ética" (Hall, 1987), assim como da construção de uma "filosofia dos valores" (Gurvitch, 1941). O que Durkheim está postulando não é um tímido projeto reformista mas dizer que a sociologia "descobriu" o devir da sociedade moderna mesmo quando este ainda não se apresentava totalmente efetivado; portanto, a sociologia poderia e deveria ser uma ciência analítica assim como normativa.

A permanência do sagrado e o dualismo da condição humana

Revisemos o que foi dito até aqui: a) dissemos que o indivíduo moderno não pode se orientar apenas pela "voz dos tempos", pela tradição,

enfim pela consciência coletiva; b) decorre disto que esse indivíduo deve ser convencido a agir ou não agir desta ou daquela maneira quando esta ação não lhe parecer óbvia dado seu lugar na sociedade – por exemplo, o comerciante não querer que haja impostos alfandegários e o industrial querer que eles existam -; c) o sociólogo deve fazer o possível para que a sociedade funcione como um todo de partes integradas entre si. Uma pergunta, portanto, me parece óbvia a este ponto: como esperar que o indivíduo se convença por uma competência exterior, já que não será pela fé cega, de que deve agir de maneira "complementar" e não antagônica às demais partes da sociedade?

Durkheim baseia toda sua esperança na validade do seu projeto na hipótese de que haja uma permanência no indivíduo do sentimento de superioridade do coletivo ou sagrado frente ao particular ou profano (Durkheim, 1975a) da mesma maneira que a solidariedade mecânica resiste à solidariedade orgânica. Sem admitirmos um elemento de solidariedade mecânica irredutível na sociedade, ela deixa de ser sociedade, perde sua "alma" e a possibilidade do "sagrado". Para Durkheim, alma e corpo são metáforas para a formação da subjetividade humana e essa condição dual se perpetua na mais sofisticada das sociedades. As coisas são só coisas, mas quando entram na dimensão do sagrado passam a ter existência plena de significado; essas coisas podem ser mesas, cadeiras, rituais e o próprio homem. Na sociedade da divisão do trabalho social que ainda deve surgir a partir de uma correta formulação dos seus partícipes, todo o sagrado se resumirá à sacralidade da condição humana, apenas ela será similar entre os homens e é só a partir da manutenção deste vínculo que os homens são capazes de manter alguma noção de dever para com alguma coisa e é essa noção de dever que torna as ações recíprocas, que faz das partes sociais funções complementares. Também essa sacralidade moderna, como todas as outras antigas, tem uma função social, o culto ao indivíduo é a única maneira de que uma sociedade de homens que representam funções diversas não se torne uma coleção de partes. O interessante é que, a sociedade moderna, diferente das tradicionais, parece estar sempre a um passo da concreta dessacralização total

com o fim do social, ou seja, com o fim de um elo real entre os homens.

É só supondo essa inequívoca inclinação em abrir mão do profano-particular - cuja analogia é o corpo, mas o corpo já socializado em suas necessidades e desejos - em nome do sagrado-coletivo – cuja analogia é a alma- que Durkheim pode imaginar uma utilidade efetiva para o extraordinário edifício complexo construído pela sociologia no auxílio da deliberação dos assuntos da sociedade moderna.

Notas

1. O sentido aqui se refere àquele construído na obra de Mannheim (1976).
2. Estamos supondo uma homologia entre a questão da consciência coletiva *versus* consciências individuais com a relação todo *versus* partes em Durkheim
3. Os termos solidariedade mecânica e solidariedade orgânica são notórios pilares da obra durkheimiana. Em resumo, a primeira é aquela forma de relação entre os membros de coletividade que se baseia justamente nas crenças compartilhadas entre eles enquanto a segunda é a relação que tem por princípio a diversidade de papéis sociais. A relação entre os fiéis de uma igreja enquanto fiéis é exemplo de solidariedade mecânica; a relação entre o sacerdote e um fiel é exemplo de solidariedade orgânica.
4. É amplamente justa a dúvida sobre ser essa uma constatação analítica de Durkheim ou um *parti pri* lógico a ser *normatizado* no mundo.
5. É certo que Durkheim, na polaridade sagrado-profano, assume as necessidades instintivas pré-sociais como naturalmente anti-sociais, No entanto, não é esse tipo de egoísmo aquele que se configura como recorrente dos dias atuais, mas justamente aquele oriundo da socialização no mundo da solidariedade orgânica, onde essa particularização de interesses está presente de forma constante. O ponto de Durkheim é que essa realidade de organização social não acaba necessariamente com a possibilidade de relações sociais não contratuais (Durkheim, 1999).
6. É lógico que não desconhecemos os juízos de valor implícitos na observação durkheimiana, talvez ele acreditasse que, assim como na biologia, não se tratasse de um juízo de valor do organismo manter-se vivo enquanto tal (ver prefácio de Durkheim, 1999). Outra questão interessante é que vários autores têm chamado atenção para a dissolução do social nos termos que conhecemos, ou seja, nos termos durkheimianos, já que estes se constituíram como o nosso senso comum sociológico.
7. Poderíamos aqui apontar um sentido periférico para o termo anomia: se ela significa ausência de normas, é justamente através dela que se contabiliza o aumento de complexidade social. Portanto, a anomia localizada e passageira é condição inescapável de setores ou de toda uma sociedade que se complexifica internamente.

Referências bibliográficas

COLLINS, R. "The Durkheimian tradition in conflict sociology". In: *Durkheimian sociology: cultural studies*. Edited by Jeffrey Alexander, Cambridge University Press: Cambridge,1990.

DURKHEIM, E. "Aula inaugural do curso de ciências sociais – Bourdeaux 1887". In: *Introdução ao Pensamento Sociológico.* Anna Maria de Castro e Edmundo F. Dias (orgs), 1985.

__________. "O dualismo da natureza humana e as suas condições sociais". In: *A Ciência Social e a Ação*. São Paulo: DIFEL, 1975a.

__________. "Socialismo e ciência social". In: *A Ciência Social e a Ação*. São Paulo, DIFEL, 1975b.

__________. "O individualismo e os intelectuais". In: *A Ciência Social e a Ação*. São Paulo: DIFEL, 1975c.

__________. "A *élite* intelectual e a democracia". In: *A Ciência Social e a Ação*. São Paulo: DIFEL, 1975d.

__________. "Prefácio à segunda edição de *A Divisão do Trabalho Social*". In: *Os Pensadores: Comte e Durkheim.* São Paulo: Ed. Abril, 1973.

_________. *Da Divisão do Trabalho Social.* Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 1999.

_________. *Formas Elementares da Vida Religiosa*. Rio de Janeiro: Ed. Martins Fontes, 1996.

_________. "Algumas Formas Primitivas de Classificação", tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz, mimeografada, biblioteca do IUPERJ, 1995.

_________. *Lições de Sociologia*, São Paulo: Ed. USP, 1983.

GIDDENS, A. "Durkheim e a questão do individualismo" e "A Sociologia Política de Durkheim". In: *Política, Sociologia e Teoria Social.* São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GURVITCH, G. *Las Formas de Sociabilidad*, 1941.

HALL, Robert. *Emile Durkheim: Ethics and the sociology of morals*. London/ Connecticut/ New York: Greenwood Press, 1987.

LE BON, G. *Leis Psychologicas da Evolução dos Povos*. Lisboa: Ed. Typografia de Francisco Luiz Gonçalves; 1910.
MANNHEIM, K. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Resumo

Tentando entender a obra do francês Émile Durkheim (1858-1917) como portadora de uma temática constante - a questão sobre o caráter problemático da era moderna iniciada com o Renascimento e, de alguma forma, consolidada com o Iluminismo europeu - nossa intenção nesse trabalho é notar o papel que o autor constrói para a sociologia nesse contexto moderno.

Abstract

Taking the Emile Durkheim's (1858-1917) achievement as absorbed in understanding the problematic character of "modernity" – that era iniciated by the Renaissance and the Enlightenment - our intention is to underline what part is imagined to be played by the sociology in this context.

Palavras-chave

Modernidade, sociologia, Émile Durkheim.

Key-Words

Modernity, sociology, Émile Durkheim.